

Argentina

## **Causas e perspectivas de um colapso anunciado**

Andrés Malamud

Com uma moeda débil, crédito inexistente, baixa legitimidade popular, escassa cultura do esforço e do risco e instituições políticas deslegitimadas, poderá a Argentina seguir em frente? A gravidade da crise argentina, simultaneamente política e económica, requer uma definição urgente de um modelo que possa sustentar a recuperação do país.

A repentina bancarrota da República Argentina, que acabou por ser o maior default de dívida soberana da história e se expressou, com eloquência, nas imagens dos distúrbios de rua que foram divulgados ao mundo em finais de 2001, foi a consequência previsível de um longo processo de deterioração social e política. Para o grande público, a crise argentina foi uma surpresa e as razões da queda são, maioritariamente, desconhecidas. Em contraste, aqueles que estavam mais familiarizados com a situação comparam os momentos que antecederam a crise com um choque de comboios visto em câmara lenta: o momento da colisão aproxima-se mas os actores só podem observar o desenlace, sem saber como evitá-lo.

Compreender a natureza e os motivos do colapso argentino requer uma breve introdução. Em primeiro lugar, é necessário descrever a excepcionalidade histórica da Argentina, que sempre se concebeu a si mesma como um país europeu, inserido numa América Latina que ignorava ou desprezava. Com este ponto de partida, pode-se explicar a crise actual como o fim dessa excepcionalidade e um regresso atabalhoada do país ao continente que o acolhe geograficamente. Finalmente, é necessário entender o vínculo entre aquele passado e este presente para prever os prováveis cenários que afectarão o país e a região no futuro.

### ***A excepcionalidade histórica da Argentina***

A Argentina sempre foi um país que não encaixava no seu contexto. Num continente racialmente misto, educativamente pobre e economicamente subdesenvolvido, não era difícil sobressair. Ao longo de um século e meio, o perfil argentino foi mais europeu do que latino-americano. De fisionomia branca, altos níveis de alfabetização, um moderado desenvolvimento económico e padrões culturais ocidentais, os seus modelos de referência

sempre foram Paris e Londres, não o Rio de Janeiro ou a Cidade do México. A sociedade argentina era integradora e de classe média, em contraste com as que a circundavam, mais pobres e excludentes.

A excepcionalidade argentina baseou-se numa estrutura económica que conheceu duas etapas claras. Entre a organização nacional em 1880 e o primeiro golpe de Estado, em 1930, a produção nacional centrou-se no campo e orientou-se para o mercado mundial. Foi o chamado modelo agro-exportador, que se esgotou com a crise mundial dos anos 30. A partir de 1940, os projectos nacionalistas adoptaram uma produção baseada na indústria e orientada para o mercado interno. Ficou conhecido como o modelo de industrialização por substituição de importações, apoiado, nessa época, pela Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas. Este segundo modelo nasceu limitado, num mundo que se reconstruía velozmente depois da guerra, e esgotou-se muito antes de conseguir alcançar os seus objectivos autárquicos e desenvolvimentistas. A partir de 1970, a Argentina estava parada e sem um rumo claro de desenvolvimento, sem conseguir definir que produzir e a quem vender.

À ausência de um modelo de acumulação juntou-se outra tradição nacional: a de gastar mais do que o que produzia. Assim, a partir de 1946, os sucessivos governos financiaram os permanente défices públicos através de quatro mecanismos centrais: a apropriação dos fundos públicos de pensões, a inflação, a liquidação dos activos estatais (privatizações) e o endividamento extremo. 1991 constitui um ponto de viragem, quando a velha política de um estado centralista, sustenta em recursos inflacionistas deu lugar a uma política neoliberal, que eliminava a inflação para se financiar através de privatizações e de um maior endividamento público. Não obstante a mudança das fontes de financiamento estatal, o défice fiscal e a baixa eficiência do Estado continuaram a ser uma constante.

Finalmente, o dinheiro acabou. Em 2001, secaram as últimas fontes de recursos (os empréstimos externos) do Estado argentino, que teve que declarar a suspensão dos pagamentos da dívida. Os argentinos estão a descobrir a dolorosa realidade de que o seu nível de vida esteve demasiado tempo acima das suas possibilidades reais, e que agora devem pagar o que compraram a crédito. Por outras palavras, a bancarrota significa ajustamento. E não é fácil ser pobre quando se foi rico toda a vida – ou melhor, quando se pensou que se era rico.

***O fim da excepcionalidade***

A crise argentina é simultaneamente política e económica. Poucos antecedentes históricos se revestem de semelhante complexidade. A crise política assemelha-se, provavelmente, à dos últimos anos da IV República Francesa, quando as instituições políticas esgotaram a sua legitimidade, prenunciando uma mudança de regime. A crise económica assemelha-se, pela sua gravidade, à Grande Depressão americana dos anos 30 – se bem que as causas sejam diferentes. A diferença é que tanto a França como os Estados Unidos enfrentaram só uma crise, política ou económica. Na América Latina, o caso mais parecido é o venezuelano, em que uma elite dirigente corrupta e incompetente desperdiçou uma enorme riqueza natural sem desenvolver a economia nacional, contribuindo para o colapso das instituições tradicionais que culminou (por agora) com a subida ao poder de Hugo Chávez.

As crises política e económica argentinas podem, por sua vez, desdobrar-se em duas. Por um lado, a crise política expressa tanto um défice de legitimidade como uma profunda ineficiência administrativa. Por outro, a crise económica implica um grave défice fiscal, juntamente com sérios problemas de produtividade. A legitimidade é o problema mais visível do sistema político actual, mas é razoável afirmar que deriva de um mau funcionamento secular – sub-administração – do Estado, mais do que de uma impugnação aos princípios republicanos. Quanto à economia, é tão sério o baixíssimo crescimento da produtividade nas últimas três décadas como a permanente insolvência fiscal do Estado, cujo défice absorve recursos do mercado limitando o crédito para os investimentos e a inovação dos privados, sem sequer garantir uma eficaz orientação ou regulação pública.

O default que a Argentina foi forçada a declarar em finais de 2001 teve enormes consequências sobre a vida quotidiana dos cidadãos. A saída da convertibilidade, que atava o peso ao dólar, implicou uma desvalorização que reduziu os salários e as pensões a um terço do seu valor (medido em dólares). Para além disso, abriu as portas ao regresso da inflação, o que deteriora ainda mais o valor dos rendimentos e desperta memórias traumatizantes para várias gerações de argentinos. Por outro lado, a economia perdeu os seus valores de referência com a queda do peso e a ruptura dos contratos gerada pela “pesificação” forçada das dívidas contraídas em dólares, o que reduziu a actividade em alguns sectores entre 10% e 20% em relação aos dados precedentes. O sistema financeiro está destruído e, sem créditos, é difícil imaginar formas de aumentar os investimentos e o consumo que possam conduzir ao fim da recessão.

O desafio que enfrenta hoje o Estado argentino não é somente recuperar um horizonte de crescimento para uma economia que, provavelmente, decairá 15% em 2002, mas também pagar os salários públicos dos próximos meses. Ao mesmo tempo, deve enfrentar a situação de emergência de ter mais de 50% da população a viver abaixo da linha de pobreza, com um desemprego que se aproxima dos 30% e uma conflitualidade social difícil de enfrentar sem recursos económicos e sem a legitimidade política de um presidente eleito.

### ***Perspectivas para o pós-crise***

O diagnóstico esboçado é conhecido pelos organismos multilaterais de crédito, bem como pelas autoridades económicas norte-americanas. É por esse motivo que o FMI manifesta a sua relutância em desembolsar os 15.000 milhões de dólares que o governo argentino requer para financiar a desvalorização do peso e compensar os que perderam com as medidas económicas. Não é inconcebível pensar que o poço sem fundo do Estado argentino desviará todas as receitas extra para pagar salários, o que é incompatível com as exigências externas de avançar com as reformas estruturais. Por outro lado, o governo dos Estados Unidos parece disposto a aproveitar a oportunidade para emitir um sinal contundente aos governos irresponsáveis e aos investidores aventureiros do mundo, demonstrando-lhes que o despesismo e o moral hazard não dão frutos. Semelhante sanção, que acarretaria consequências geopolíticas negativas se se aplicasse a países mais relevantes, como a Turquia, a Rússia ou o Brasil, não parece ter custos demasiado altos se for exercida, como demonstração, sobre a falida Argentina.

A América Latina tem hoje três economias relativamente prósperas: Brasil, Chile e México. As estratégias de desenvolvimento de cada um destes países são diferentes mas, até hoje, bem sucedidas. Enquanto o Brasil aposta no desenvolvimento industrial e na abertura controlada a partir do Mercosul, o Chile realizou uma ampla abertura ao mundo, com eficientes políticas internas orientadas para o mercado. O México, que ao contrário dos dois outros países referidos não é um global trader e depende quase exclusivamente do comércio com os Estados Unidos, optou por se integrar na zona de comércio livre da América do Norte (NAFTA). A Argentina deverá definir, e quanto mais cedo melhor, se algum destes modelos se adequa ao seu desenvolvimento ou se, pelo contrário, necessita de uma fórmula mista. Se não o fizer rapidamente, a alternativa é parecer-se cada vez mais com os restantes países da América Latina, cujo horizonte de expectativas não oferece muito mais do que pobreza social e instabilidade política.

A prioridade actual é a reconstrução das instituições políticas de governo e de um modelo de acumulação económica. O problema central é que os líderes políticos tradicionais não gozam da confiança popular, e não estão a aparecer novos líderes. Por outro lado, o capitalismo assistencialista e o Estado ineficiente, que caracterizaram tanto a Argentina como outros países da região, não constituem uma base de partida promissória. Com uma moeda débil, crédito inexistente, baixa legitimidade popular, escassa cultura do esforço e do risco e instituições políticas deslegitimadas, poderá a Argentina seguir em frente? Muitos argentinos crêem que sim; apostam que o histórico espírito nacional, mais frutuoso no desporto e na criação artística do que na política e na economia, encontrará a via para a reconstrução do país.